

UM POETA MESTIÇO:
ENTRE A ESCRAVIDÃO E A LIBERDADE NO GRÃO-PARÁ (1871-1897)

A MESTIZO POET:
BETWEEN SLAVERY AND FREEDOM IN GRÃO-PARÁ (1871-1897)

UN POETA MESTIZO:
ENTRE LA ESCLAVITUD Y LA LIBERTAD EN GRÃO-PARÁ (1871-1897)

Marcelo Ferreira Lobo¹

234

Resumo

Em 9 de junho de 1897 faleceu na Santa Casa de Misericórdia em Belém do Pará, o poeta e jornalista José Natividade Lima. Nascido da escrava Damásia, pode, por intermédio da família senhorial, ter acesso a instrução nas primeiras letras, ainda jovem exerceu o ofício de caixeiro e guarda livros. No início da década de 1890 exerceu o jornalismo em vários periódicos paraenses, publicando crônicas sob pseudônimos, e poemas que culminaram no livro Musa Bohemia (reeditado em 1977). Foi um dos fundadores da agremiação Mina Literária, uma das principais responsáveis por discutir o desenvolvimento de uma literatura amazônica autônoma. Este artigo aborda o contexto transcorrido em Belém entre 1870 e 1897, entrelaçando a vida de Natividade Lima as discussões sobre o uso da mão de obra diante do projeto de fim gradual da escravidão, assim como a presença da geração de menores nascidos após a lei do ventre livre em 1871, em espaços por vezes inacessíveis a escravos e libertos.

Palavras Chave: Raça, liberdade, Cidadania.

Abstract

On June 9, 1897, the poet and journalist José Natividade Lima died at Santa Casa de Misericórdia in Belém do Pará. Born of the slave Damásia, he can, through the lordship family, have access to instruction in the first letters, as a young man he exercised the craft of clerk and bookkeeper. In the early 1890s, he practiced journalism in several paraense periodicals, publishing chronicles under pseudonyms, and poems that culminated in the book Musa Bohemia (reissued in 1977). He was one of the founders of the Mina Literária association, one of the main responsible for discussing the development of an autonomous Amazonian literature. This article discusses the context that took place in Belém between 1870 and 1897, intertwining the life of Natividade Lima in discussions about the use of labor in the face of the gradual end to slavery, as well as the presence of the generation of minors born after the law of free belly in 1871, in spaces sometimes inaccessible to slaves and freedmen.

Keywords: Race, freedom, Citizenship.

Resumen

El 9 de junio de 1897 murió el poeta y periodista José Natividade Lima en la Santa Casa de Misericórdia de Belém do Pará. Nacido de la esclava Damásia, puede, a través de la familia señoría, tener acceso a la instrucción en las primeras letras, siendo aún joven ejerce el oficio de escribano y contable. A principios de

¹ Doutor em História pelo programa de História Social da Amazônia. E-mail. m.lobo2013@outlook.com

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

la década de 1890, ejerció el periodismo en varias revistas paraenses, publicando crónicas bajo seudónimos y poemas que culminaron en el libro *Musa Bohemia* (reeditado en 1977). Fue uno de los fundadores de la asociación *Mina Literária*, uno de los principales responsables de discutir el desarrollo de una literatura amazónica autónoma. Este artículo analiza el contexto que tuvo lugar en Belém entre 1870 y 1897, entrelazando la vida de Natividade Lima en discusiones sobre el uso de la mano de obra frente al fin paulatino de la esclavitud, así como la presencia de la generación de niños nacidos después vientre libre en 1871, en espacios a veces inaccesibles para esclavos y libertos.

Palabras clave: Raza, libertad, ciudadanía.

José Natividade Lima

“E esta associação literária, a primeira de entre todas as da Amazônia, a que mais frutos deu, foi obra desse boêmio inteligente, desse mestiço de raça, de que ora me ocupo”. (AZEVEDO, 1904).

José Natividade Lima nascido de ventre escravo, tornou-se ainda jovem um dos primeiros literatos paraenses a encabeçar o movimento de fundação da *Mina Literária*,² juntamente com outros intelectuais paraenses, tais como Eustáchio de Azevedo e Frederico Rhossard. Conhecido entre os membros da mesma agremiação como *carbônico da mina*, tal designação poderia estar vinculando simbolicamente a sua cor, em uma breve nota de seu falecimento o jovem poeta foi identificado como pardo, de 23 anos (FOLHA DO NORTE, 11/06/1897, p. 3).

Sua vida transcorrida em pouco mais de duas décadas marcada pelo processo de transição do sistema escravista para o Brasil pós-abolição. Neste período Belém do Pará transformou-se em um centro econômico, uma cidade símbolo de modernização sob os auspícios da economia da borracha. Embora os registros sobre a vida deste literato sejam escassos, principalmente sobre a sua infância, ele representa em certa medida a vida de tantos outros milhares de menores nascidos após a lei do Ventre Livre em 1871.

Aqui proponho compreender as possibilidades de mobilidade a um homem classificado do de “cor”, membro de uma geração que marca a transição da escravidão para o trabalho “livre”. Através de um jogo de escalas, os breves registros de Natividade Lima ajudam a pensar o lugar social do ingênuo no Pará, ora como uma futura mão de obra dentro de uma modalidade híbrida de trabalho que transitava entre a escravidão e a liberdade, ou como uma cria da casa, que por vezes poderia, dentro de uma lógica de afeto senhorial, conseguir espaços para sua mobilidade.

As designações atribuídas a Natividade Lima reforçam as hierarquias raciais tecidas na sociedade oitocentista e reiteradas mesmo após o término do sistema escravista. A retórica da cor, estabelece as barreiras interpostas a mobilidade de egressos do cativo e seus descendentes, no caso paraense figuras como o padre Eustáchio de Oliveira (TAVARES, 2020), o jornalista João Francisco da Cruz e o comerciante Bertino Barbosa de Lima (LOBO, 2020), tiveram de lidar com ataques que depreciavam a origem, e mais

² Agremiação literária fundada em 1892 em Belém com o intuito de promover as letras paraenses.

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

precisamente a cor destes sujeitos.³ O que destaque é o silenciamento nas fontes disponíveis sobre Natividade Lima, particularmente nas diversas notas sobre o seu falecimento, publicado em periódicos paraense no qual se omite a origem de Natividade Lima. De tal modo que a trajetória deste intelectual foi permeada por formas de interdição de sua identidade.

Raça e cidadania estiveram em jogo neste complexo processo de mobilidade experienciado por inúmeros negros, pardos e mulatos oriundos do mundo da escravidão. No Pará pude identificar mais de uma dezena de ex-escravos e seus descendentes diretos inserindo-se e ascendendo socialmente (LOBO, 2019), em larga medida este processo foi marcado pelo silêncio da cor, da origem, ainda assim são importantes elementos no alargamento da ideia de cidadania.

236

GERAÇÃO DO “VENTRE LIVRE”: INGÊNUOS NO GRÃO-PARÁ

Em dezembro de 1871, Belém do Pará era o principal porto de entrada para a bacia amazônica, em pleno processo de crescimento e dinamização econômica (SALES, 2017). A goma elástica ganhava cada vez mais relevo, em meio a tal crescimento a movimentação de escravos e libertos pelas ruas da capital paraense era comum (LAURINDO JUNIOR, 2017). As cercanias de Belém foram marcadamente territórios de grande concentração de mão de obra escrava, espaço de circulação de libertos e cativos em fuga. Neste mesmo ano, a cativa Maria de propriedade de Clara Rosa da Natividade estava em fuga, foi pega e detida na cadeia de Belém (JORNAL DO PARÁ, 21/01/1871, p. 1), além da escrava fujona, Clara também era proprietária da escrava Damásia.

O ano de 1871 também foi marcado pela promulgação da Lei 2040 de 28 de setembro, mais conhecida como Lei do Ventre Livre. Dentre as várias determinações jurídicas estabelecidas pela lei de 1871 estava a declaração que os filhos de ventre escravo nasceriam livres a partir de sua promulgação, também tornou legal o acúmulo de pecúlio por parte de escravos (com a anuência senhorial), assim como regulamentaram possibilidades legais de acesso a liberdade, não à toa o período das décadas de 1870 e 1880 marcaram uma frequência significativa de ações de liberdade, seja em tribunais de Belém ou mesmo para outras áreas do território do Império.⁴

Neste contexto, de perspectivas do fim gradual da escravidão, nasceu José, filho da escrava Damásia, de propriedade de Clara Rosa da Natividade. José não nasceu escravo, membro de uma geração de crianças que marcariam a transição do trabalho escravo para o livre, então designados como ingênuos, que as vésperas da abolição no Pará superavam o número dos escravos. Em seu assento de Batismo registrado na paróquia da Sé, em um livro exclusivo para o registro de ingênuos constava no ano de 1872 da seguinte

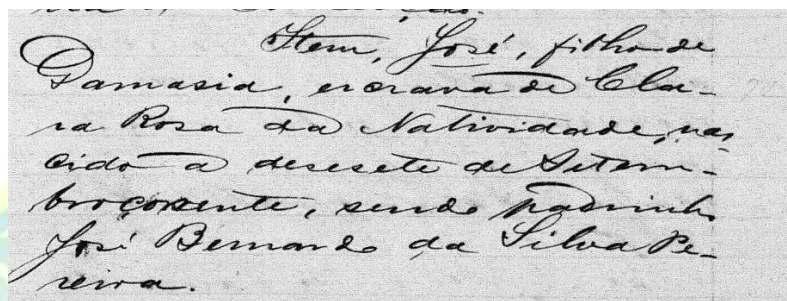
³ Helder Lameira Lima em pesquisa inédita investiga a atuação de João Francisco da Cruz na imprensa paraense de finais do século XIX, e os percalços que ele e sua família tiveram de enfrentar diante das práticas de preconceito tecidas nas hierarquias da cor.

⁴ Trabalhos como os de Sidney Chalhoub (1990), Keila Grinberg (1994), Adriana Pereira Campos (2006), Bezerra Neto (2009) e Claudia Marcia Dias (1995) apontam para a maior incidência de ações de liberdade após a lei do Ventre Livre.

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

anotação: “Item, José, filho de Damásia, escrava de Clara Rosa da Natividade, nascido a dezessete de setembro corrente, sendo padrinho José Bernardo da Silva Pereira” (LIVRO DE BATISMOS DA SÉ, 1872-1883, n.º 13, folha 20).

Figura1: Assento de Batismo de José, 1872.



Fonte: LIVRO DE REGISTRO DE NASCIMENTO DE FILHOS DE ESCRAVAS DA SÉ, 1872-1883.

José esteve vinculado a família senhorial pela mesma lei que negava sua condição de escravidão, era uma liberdade interdita, limitada pelo controle da sua força de trabalho a qual o senhor de sua mãe teria direito após o menor completar 8 anos de idade, se caso antes disso sua mãe conseguisse a alforria poderia levar consigo José (não sem resistência senhorial). As lutas pela posse da tutela de menores entre as décadas de 1870 e 1880 demarcam os anseios de antigos senhores diante da necessidade de mão de obra, da mesma maneira que demarcou um conjunto de projetos políticos do Estado entorno da qualificação e uso da mão de obra nacional.

Projetos de construção de escolas e institutos de educação para os ingênuos passaram a vigorar pelo Império, em outubro de 1871 O Ministério da Agricultura solicitou aos presidentes de província que verificasse a existência de associações emancipacionistas e seus respectivos estatutos a fim de poder se valer das mesmas em projetos de educação para os ingênuos (LOBO, 2015). A expectativa do Estado sobre o destino destes menores após completarem a idade de 8 anos levou a uma disseminação de institutos de educação pelo Império. Segundo Karla Barros (2013), estimava-se que no ano de 1877 existiria em todo Império cerca de 192.000 ingênuos, e o Ministério da Agricultura cogitava a entrega de pelo menos um sexto destes menores por parte dos senhores.

Em 1877, a mando do governo provincial uma comissão composta pelo então presidente da *Comissão de Colonização do Pará* Antônio Gonçalves Nunes, juntamente com Guilherme Francisco Cruz, Manoel Roque Jorge Ribeiro, Joaquim Jose de Assis e Antônio José de Sousa Dillon, buscou averiguar a existência de locais de ensino para alocar os ingênuos. Em virtude do relatório de tal comissão o governo provincial cogitou se utilizar das Fazendas Nacionais localizadas no Marajó a fim de criar colônias de ensino agrícola.

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

“Pará, 19 de setembro de 1877. ILLm. e Exm. Sr.,

- Em devido tempo nos temos reunidos em comissão com o fim de dar cumprimento no encargo que V. Exc. se dignou confiar-nos, qual o de informarmos a essa presidência, se nesta província existem elementos para fundação de associações destinadas a criar e educar filhos de escravas nascidos desde a promulgação da Lei n. 2040 de 28 de setembro de 1871, que forem cedidos ou abandonados pelos senhores das escravas ou forem tiradas do poder destes em virtude o §6º do art. 1º da mesma Lei. É preciso não perder de vista que os filhos de mulher escrava que vão entrar no gozo dos benefícios a que dá-lhes direito a Lei de 28 de setembro, destinam-se, principalmente ao emprego na lavoura, das artes e dos ofícios, devendo previamente, receber uma boa e compatível educação e instrução. As associações de que se trata tem sobretudo por fim promover essa instrução e educação, antes quais não devem, nem podem auferir vantagem alguma, e mais seria menos difícil de conseguir. Para os menores destinados as artes e ofícios, possuímos nesta capital diversos estabelecimentos públicos e particulares que não farão questão de recebê-los, uma vez que lhes sejam prometidas algumas vantagens, e outro tanto podemos dizer também acerca dos que destinam á lavoura, bem que, quanto a estes, em vista do atraso em que ela se acha, dada á ruína, terão eles apenas um fraco meio de subsistência. Recorremos aos sentimentos filantrópicos e humanitários dos habitantes desta província e ao mesmo tempo prometendo-lhes algumas vantagens que tornem menos pesado o sacrifício, estamos convencidos que V. Exc. com o prestígio que justamente goza, pode conseguir formar uma ou mais associações que se proponham a criar e educar os filhos de escravos, cujos senhores os abandonarem, uma vez que o governo geral o habilite a subvencionar tais associações, segundo as proporções que elas tiveram, além das vantagens que a Lei garante dos serviços prestados pelos ingênuos até a idade de 21 anos. No meu humilde conceito é preferível aproveitar, ao menos como ensaio, as fazendas nacionais para estabelecimentos, onde se criem e eduquem para a vida agrícola os filhos livres de mulher escrava, do que continuarem elas no pé em que se acham, dando constantes déficits ou a vende-las conforme acaba o governo imperial de ser autorizado, porquanto, neste último caso serão mui grandes os prejuízos com a venda das mesmas, atentas diferentes circunstancias, entre elas sobreleva o avultado dispêndio com a demarcação e divisão das referidas fazendas, o que é necessário para mais facilmente haver compradores” (JORNAL DO PARÁ, 18/10/1877, p. 1).

As informações apresentadas sobre tais fazendas nacionais não foram suficientemente convincentes para transformá-las em colônias de ensino orfanológico. De qualquer modo os filhos de ventre escravo estiveram sob uma vigilância dos senhores e Estado na perspectiva de uso de sua mão e obra, e na necessidade de formação de um trabalhador mais qualificado que ultrapassasse os supostos “vícios oriundos do cativo”.

José foi um, entre milhares de menores, que após completarem oito anos de idade, ficariam sob o domínio do Estado ou da família senhorial, seu primeiro grande desafio em uma sociedade em transição era continuar vivo. Dados publicados por Luiz Francisco da Veiga em sua obra *Livro do Estado Servil e a Respectiva libertação* de 1876, indicam uma significativa taxa de mortalidade entre os ingênuos. Computando apenas as dez províncias que haviam enviado informações sobre as matrículas, nascimentos e óbitos de ingênuos entre 1871 até 1875, pode-se verificar que a taxa de óbitos é significativa dependendo de cada província (ver Quadro I).

O Amazonas registrou apenas o nascimento de 99 ingênuos, com 4 óbitos, o que pode indicar que a diminuição da mão de obra escrava que se processava na década de 1870, em virtude do tráfico interprovincial, levou aos senhores de escravos desta província a dedicar mais cuidados com os filhos de suas

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

escravas já vislumbrando o usufruto de sua força de trabalho. A província com maior taxa de mortalidade foi o Rio de Janeiro com 1 óbito para cada 4,8 nascidos, que em termos percentuais significou a morte de 20% dos ingênuos nascidos no Rio de Janeiro entre 1871 e 1875, ou seja, antes de completarem a idade de cinco anos. Novamente o tráfico interprovincial poderia também ter afetado de maneira negativa os cuidados providos a estes menores por parte de seus senhores, além disso o mercado urbano poderia ter retirado inúmeras mães de seus filhos a fim de torná-las amas de leite para casas senhoriais.

Quadro I: Nascimentos, óbitos de Ingênuos no Império até 1875.

Províncias	Matriculados	Falecidos	% de cada Província em relação ao número total de ingênuos	Comparação entre óbitos e nascimentos.
Amazonas	99	4	0,12%	1: 24,8
Ceará	3.859	488	4,93%	1:7,9
Alagoas	3.370	531	4,31%	1:6,3
Sergipe	3.926	829	5,02%	1;4,7
Espírito Santo	2.448	388	3,13%	1: 6,3
Rio de Janeiro	34.908	7.207	44,64%	1: 4,8
São Paulo	18.559	3.783	23,73%	1: 4,9
Paraná	1.009	109	1,29%	1:9,3
Rio Grande do Sul	9.538	1.194	12,19%	1:7,9
Mato Grosso	469	30	0,59%	1: 15,6
Total	78.185	14.563	100%	1:5,36

Fonte: VEIGA (1876, p. 53).

De modo geral, a média de falecimento entre as dez províncias acima indicadas foi de 1 óbito em cada 5,3 nascimentos. Segundo dados publicados no *Jornal do Pará* em outubro de 1877, onde indicou-se o número de nascimentos e óbitos de ingênuos entre até 1876, a taxa de mortalidade foi bem menor que a média das dez províncias acima citadas. Entre 1871 e 1876 foram matriculados 4.801 ingênuos na província paraense, falecendo 459 menores, o que resulta em 1 óbito para cada 10,45 nascimentos. As chances de José falecer eram uma em dez, bem menores do que os nascidos no Rio de Janeiro.

Ao tentar explicar a taxa de óbitos por nascimento de ingênuos no Pará, novamente retomo a hipótese de necessidade de braços para o trabalho, não apenas na lavoura, mas no mundo urbano. Embora segundo dados de Laurindo e Bezerra Neto (2018), o tráfico interprovincial tenha mantido relativamente estável o número de cativos do Grão - Pará, ao menos durante a década de 1870, a diversidade do trabalhador urbano da capital paraense, constituída de brancos pobres, imigrantes e migrantes, escravos e libertos, também implicava no uso de menores para trabalhos e casas comerciais e serviços domésticos, se durante a década de 1870 o mercado urbano de Belém manteve a mão de obra escrava bastante ativa, as perspectivas em relação a diminuição de mão de obra escrava, desde o fim do tráfico de 1850 e a lei do Ventre Livre, colocou o ingênuo como uma figura central no processo de transição da escravidão para o trabalho livre (LOBO, 2015).

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

O uso de menores, ingênuos ou não, deve ser tido como uma realidade. Em abril de 1885, a bordo do vapor *Pernambuco* chegavam a Belém alguns libertos que foram contratados em Teresina, o *Diario de Notícias* denunciava que entre homens e mulheres desembarcados haviam menores, possivelmente ingênuos (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 08/04/1885, p. 3). No início do mês de abril do mesmo ano, pelo vapor *Dito* chegaram 48 passageiros, sendo 28 libertos, para trabalharem na olaria de Domingos Noguez (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 07/04/1885, p. 3). Os dados da Tabela I abaixo indicam que o tráfico de ingênuos ocorreu com certa regularidade:

Tabela 1: Nascimento, óbitos, entradas e saídas de Ingênuos no Grão-Pará.

Número de Ingênuos matriculados na província até 31 de dezembro de 1876.	4.801
Do sexo masculino	2.346
Do sexo feminino	2.455
Faleceram	459
Do sexo masculino	216
Do sexo feminino	243
Entraram	47
Do sexo masculino	20
Do sexo feminino	27
Saíram	81
Do sexo masculino	44
Do sexo feminino	37
Existiam até 31 de dezembro de 1876	4.308
Do sexo masculino	2.106
Do sexo feminino	2.202

Fonte: Dados retirados de JORNAL DO PARÁ, 24/10/1877, p. 2.

Ao analisar os dados sobre entrada e saída de ingênuos no Grão-Pará, destaca-se que houve, entre 1871 a 1876, maior saída destes menores do que a entrada, uma perda de 34 ingênuos para outras províncias. A legislação de 1871 proibia a separação da mãe escrava de seus filhos, ao menos até estes completarem oito anos, isso em parte explica esta mobilidade de menores entre as províncias. Os dados da tabela II indicam o crescimento da população de ingênuos na província paraense entre 1878 e 1887, também indicam a distribuição dos mesmos pelas comarcas do interior da província paraense.

Ao levarmos em conta os dados de 1876, que indicam 4.801 ingênuos matriculados no Pará, elevando-se para 11.273 em 1887, temos um crescimento de 134,8% no número destes. Em 1878, Belém detinha 40% dos ingênuos da província, que ao longo dos anos foram distribuídos para o interior, e em 1887 apenas 25,5% destes menores estavam concentradas em Belém, o que pode indicar o uso cada vez mais frequente destes menores em atividades agrícolas, como também o deslocamento da população escrava, e com estes seus filhos para o interior (ver Tabela II).

**Um poeta mestiço:
entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)**

Tabela II: População de Filhos livres de mulheres escravas da Província do Pará até 31 de dezembro de 1887

Municípios	Ano de 1878	%	Ano de 1884	%	Ano de 1885	%	Ano de 1887	%
Belém (capital)	2.522	40,6%	2.600	26,33%	3.075	28,77%	2.883	25,57%
Igarapé-Miry	468	7,5%	875	8,86%	925	8,65%	1.260	11,17%
Abaeté			983	9,85%	1.055	9,87%	1.241	11%
Cametá	535	8,6%	894	9,05%	873	8,17%	966	8,5%
Santarém	192	3%	324	3,28%	346	3,23%	743	6,59%
Monte Alegre	37	0,59%	65	0,65%	55	0,51%	616	5,4%
Guáma	182	2,9%	212	2,14%	207	1,93%	505	4,4%
Ponta de Pedras	167	2,69%	279	2,82%	293	2,74%	420	3,72%
Obidos	160	2,57%	276	2,79%	326	3,05%	340	3%
Muaná	145	2,33%	248	2,51%	261	2,44%	266	2,35%
Bragança	182	2,93%	241	2,44%	343	3,21%	264	2,34%
Cachoeira	144	2,32%	170	1,72%	184	1,72%	194	1,72%
Mocajuba	96	1,54%	154	1,55%	165	1,54%	178	1,57%
Chaves	86	1,38%	181	1,83%	207	1,93%	173	1,53%
Alemquer	73	1,17%	16	0,16%	19	0,17%	140	1,24%
Curuçá	93	1,49%	131	1,32%	138	1,29%	133	1,17%
Macapá	75	1,2%	94	0,95%	85	0,79%	117	1,03%
Breves	97	1,56%	170	1,72%	202	1,89%	115	1,02%
Anajas							100	0,88%
Currálinho	21	0,33%	170	1,72%	109	1,02%	92	0,81%
Gurupá	29	0,46%	71	0,71%	71	0,66%	90	0,79%
Soure	64	1%	99	1%	89	0,83%	82	0,72%
São Caetano			97	0,98%	106	0,99%	59	0,52%
Cintra	43	0,69%	61	0,61%	68	0,63%	56	0,49%
Quatipuru			49	0,49%	29	0,27%	53	0,47%
Melgaço	08	0,12%	15	0,15%	09	0,08%	42	0,37%
Itaituba	04	0,06%	26	0,26%	39	0,36%	38	0,33%
Oieras	14	0,22%	31	0,31%	32	0,29%	35	0,31%
Praíha			16	0,16%	18	0,16%	30	0,26%
Baião	11	0,17%	14	0,14%	17	0,15%	23	0,2%
Mazagão	17	0,27%	44	0,44%	16	0,14%	19	0,16%
Acará	60	0,96%	305	3,08%	260	2,43%	-----	-----
Vigia	210	3,38%	238	2,41%	174	1,62%	-----	-----
Moju	172	2,77%			293	2,74%	-----	-----
S. Sebastião da Boa Vista	36	0,58%					-----	-----
Vizeu	49	0,78%	63	0,63%	61	0,57%	-----	-----
Ourém	53	0,85%	54	0,54%	65	0,6%	-----	-----
Monsáras	45	0,72%	56	0,56%	72	0,67%	-----	-----
Marapanim	35	0,56%	58	0,58%	30	0,28%	-----	-----
Faro	19	0,3%	27	0,27%	27	0,25%	-----	-----
Porto de Moz	36	0,58%	58	0,58%	72	0,67%	-----	-----
Portel	17	0,27%	28	0,28%	32	0,29%	-----	-----
Villa Franca	05	0,08%	09	0,09%			-----	-----
Souzel	03	0,04%	17	0,17%	26	0,24%	-----	-----
Irituia			214	2,16%	211	1,97%	-----	-----
Soma	6.205	100%	9.872	100%	10.685	100%	11.273	100%

Fonte: Dados retirados de Lobo (2015, p. 141).

POSSIBILIDADES DE MOBILIDADE

Para além do futuro aproveitamento como força de trabalho, os senhores poderiam se valer dos menores para entregar ao Estado pela quantia de 600 mil réis. Estes menores representariam um possível investimento de capital com retorno certo ao entregá-los ao Estado. Segundo Robert Conrad (1978), quando a data limite ocorreu em 1885 apenas 0,1% dos ingênuos matriculados no Império foram entregues ao Estado, o que demonstra o apego senhorial pelo domínio dos filhos de seus cativos.

José, filho da escrava Damásia, recebeu o sobrenome da família senhorial e passou a chamar-se José da Natividade Lima, mesmo com grandes chances de falecer em seus primeiros anos de vida, conseguiu atingir a idade de oito anos. Não foi entregue ao Estado, não foi vendido para outra província, ou mesmo para o interior do Grão-Pará. O casamento da proprietária de sua mãe colocou a este menor a possibilidade de estar sob os cuidados/controlado de Antônio Vieira de Lima, fator decisivo no processo de mobilidade deste ingênuo.

Quais fatores explicariam tal apego? Em minha dissertação de mestrado, pude apontar o grande interesse de ex-senhores pelo uso da mão de obra dos filhos de seus ex-cativos, após a abolição da escravidão no Pará, para além do usufruto da força de trabalho destes menores, o domínio sobre estes também foi utilizado como mecanismo de negociação e controle sobre seus escravos. Indo além de tal perspectiva, é inegável as relações entre senhores e escravos também implicavam em tensões e afetividades, o paternalismo constituía-se como elemento latente nesta relação de domínio.

Em 1885, Manoel Martins de Aragão solicitou a tutela da menor Blandina Martins de Aragão, filha da liberta Avelina. Após estar com a menor por mais de dois anos, a mãe desta teria “sequestrado” Blandina da companhia dele. Manoel Martins acusava a mãe de Blandina de querer prostituí-la, anexando a sua solicitação uma declaração da Professora Leocadia da Costa Macedo, que confirma que a menor estava tendo aula por a cerca de dois anos sob ordens de Manoel Martins de Aragão:

“Atesto a quem a conhecimento deste pertencer, que o senhor Manoel Martins de Aragão tem uma menina de nome Blandina Martins de Aragão de idade quatorze anos, e minha aluna desde 7 de janeiro de 1882 até o dia 31 de janeiro de 1885, pela presente quantia de 3000 pagos mensalmente até a data acima mencionada, e que já estava fazendo preparatório para sair pronta das primeiras letras, todos residentes no 1º distrito desta capital.

O referido é verdade o que jura.

Belém do Pará, 3 de fevereiro de 1885.

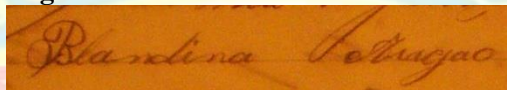
Leocadia da Costa Macedo” (AUTOS DE TUTELA DE BLANDINA, 1885).

Embora muitos solicitantes das tutorias declarassem em suas petições o desejo de prover a educação dos menores, como mera forma de conseguir a tutela, todos os indícios nos autos de tutela indicam que Blandina realmente estava recebendo educação de primeiras letras. Blandina foi inquerida em um auto de perguntas, na qual informou que durante um tempo esteve em companhia de sua madrinha de nome Custodia

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

de quem recebia educação, e que sua mãe a levou para casa de Manoel Martins de Aragão, nesta embora não tivesse queixas contra ele, ressentia-se dos maus tratos recebidos pela mulher do mesmo que a insultava e a obrigava a varrer e lavar as roupas de seus filhos. Contudo, ela confirma que estava recebendo a educação, mas não desejava continuar na casa de Manoel Martins. Um detalhe ratifica as informações sobre a educação recebida pela menor, entre uma centena de tutelas movidas em busca da guarda de ingênuos, poucas vezes mães libertas e seus filhos assinaram de próprio punho os documentos do processo, em geral a assinatura era feita arrego, ou seja, a pedido, já na inquirição de Blandina, sua assinatura consta feita de próprio punho indicando que a mesma estava de fato aprendendo a ler e a escrever.

Figura 1: Assinatura de Blandina. 1885



Fonte: AUTOS DE TUTELA DE BLANDINA, 1885.

Não é possível atribuir um grau elevado de mobilidade a Blandina, pelo fato da mesma saber escrever o próprio nome, contudo, o aprendizado das primeiras letras em uma sociedade marcada estruturalmente pelo analfabetismo, principalmente entre a população pobre, e de maneira mais acentuada entre ex-escravos e seus filhos, coloca Blandina em grupo restrito de egressos da escravidão que puderam acessar o mundo da escrita. Entre práticas de exploração e domínio, o paternalismo potencializava em dada medida as chances de acesso a espaços e recursos importantes para a mobilidade.

Wlamyra Albuquerque (2015) ao escrever sobre a trajetória do liberto Teodoro Sampaio na Bahia, demonstrou o quanto as relações de afetividade com a família senhorial pesaram no processo de ascensão dele. Tal estreitamento de relações leva a Teodoro Sampaio a questionar a abolição enquanto um processo negativo para os escravos. As relações paternalistas tecidas na escravidão por vezes incutiram valores e condutas que perpetuavam parte da perspectiva senhorial, não se trata de uma assimilação passiva, mas tecida nas tensões e mecanismos de controle da relação senhor-escravo.

Antônio Souza de Azevedo e Mello buscou por meio de seu testamento manter o controle sobre a vida de seus familiares e seus escravos. Em 1876, nas suas disposições testamentárias, indicava que os filhos de seus escravos deveriam receber uma devida educação, chegando a nomear o seu “amigo preto, Manoel Gregório” herdeiro de seu sítio, caso seus sobrinhos viessem a falecer. Entre as disposições de seu testamento destaco três em particular:

“Deixo libertos os meus escravos, Pacífica, Prepodigna, Felisberta, Pulchesia e Gervasia que se acha hoje em poder de minha irmã que será sua tutora, assim como a Pulchesia que será entregue a minha sobrinha Juliana que tratará de sua educação até a maioridade. Também deixo libertos a preta Maria e de seus filhos Secundino, Virginia e Manoel, ficando este sob a tutela de meu sobrinho e amigo Feliciano de Sousa Azevedo, ficando os outros dois sob a guarda de seu pai o preto e meu amigo Manoel Gregório. Também fica

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

livre o preto velho Lucio e o recomendo a meu sobrinho Feliciano e amigo Manoel Gregório.

Aos três crioulos nascidos depois da Lei recomendo ao meu sobrinho e amigo Feliciano para que, aproveitando o favor da mesma Lei, quando atingirem a idade de oito anos, receba a quantia em apólices que a dita Lei estabelece, revertendo em benefício dos ditos crioulos os juros respectivos de modo que sejam acumulados a formar um capital até completarem a idade de 21 anos, sendo-lhes estes entregue ou empregado conforme mais conveniente a fazer promover os seu bem estar, passando a pertencer daquela data em diante até os trinta anos que a lei garante o resto dos ditos juros á minha sobrinha Juliana de Souza e Azevedo, ficando ao cuidado desta a educação das duas menores Xista e Domicilia, e ao do meu sobrinho Feliciano o Mulatinho Aleixo seu afilhado” (TESTAMENTO DE ANTÔNIO DE SOUZA DE MELLO, 1876. CMA, Fundo Civil: Série Testamentos; Caixa 24).

244

Das disposições acima nota-se a busca de controlar a vida dos seus escravos, mesmo depois da morte. A prática da alforria testamentária foi recorrente no Pará oitocentista, principalmente nas décadas de 1870 e 1880. Tal prática pode ser entendida tanto como uma forma de controle sobre seus escravos, por meio das expectativas causadas com as promessas de liberdade, ou como uma negociação com o sobrenatural pela salvação da própria alma, ambas as hipóteses não são excludentes. Indo além, a proximidade entre senhores e seus escravos de fato levou a possibilidade de mobilidade desses últimos, entre 708 testadores que possuía escravos no Pará entre 1796 e 1888, ao menos 82 legaram bens a seus cativos (LOBO, 2019).

A quinta disposição no testamento de Antônio de Souza Azevedo Mello demonstra uma estratégia rebuscada de uso dos recursos oriundos do Estado em benefício dos ingênuos. Ao instruir seu testamenteiro ou herdeiro a entregar os três “crioulos nascidos depois da lei de 1871”, o senhor pretendeu construir um pecúlio para que estes, na maioria, pudessem sobreviver, isto depois de terem recebido a educação necessária promovida pelo Governo. Difícil atribuir mera relação de exploração entre este senhor e seus escravos, tal paternalismo constituía um campo de tensões entre obrigações e proteção.

Neste cenário, o jovem José da Natividade Lima foi um dos beneficiários no testamento de Antônio Vieira Lima e Silva. Este havia se casado com Clara Rosa da Natividade, proprietária de Damásia, a mãe de José.

Em seu testamento, Antônio Vieira declarou possuir 20 contos em dinheiro e letras na Caixa, estava casado a pouco tempo com Clara Rosa da Natividade, a quem legou seis contos. Também deixou quantias de um conto de reis para seus sobrinhos, suas roupas, joias, livros e demais objetos de uso pessoal deixava para seu irmão. Em relação a José Natividade, fez a seguinte declaração:

“Do remanescente de minha terça fica ao cuidado de minha mulher ou de qualquer de meus testamenteiros para socorrer aos estudos e educação de meu pupilo José da Natividade Lima, filho da liberta Damásia Saturnina, e por morte deste pertencerá a meus sobrinhos, filhos de meu irmão Francisco Vieira Lima” (TESTAMENTO DE ANTÔNIO VIEIRA DE LIMA E SILVA, 1882. CMA, Fundo Civil; Série: testamentos, caixa 36).

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

Antônio Vieira Lima e Silva faleceu em 1888, seis anos após a produção de seu testamento. Neste interim poderia por sua conta zelar pela educação de seu “pupilo”. No ano seguinte, ele reiterou a preocupação com o destino de José ao solicitar a tutela do menor ao Juiz de Órfãos da capital.

“Antônio Vieira Lima e Silva, comerciante estabelecido nesta cidade, tendo criado o menor José da Natividade Lima, filho da liberta Damásia Saturnina, já falecida, e estando o suplicante a dar a educação do referido órfão, vem perante V. S^a requerer que por seu respeitável despacho nomeie o suplicante na qualidade de tutor ao referido órfão, pelo que. Pará, 18 de agosto de 1883” (AUTO DE TUTELA DE JOSÉ, 1883. CMA; Fundo Civil; Série Tutela).

Em sua solicitação de tutela, Antônio Vieira indicou que já estaria tratando da educação do menor. O termo “pupilo” utilizado em seu testamento, por vezes recorrentes na imprensa paraense, remetendo a um menor órfão sob a tutela de um protetor. Em 1883, José teria por volta de 11 a 12 anos, e por mais seis anos estaria sob a proteção de seu tutor, o português Antônio Vieira. Este era comerciante na praça de Belém, local propício para negócios, principalmente durante o ápice da economia gomífera. Como destaca Mábila Sales (2017), a historiografia recente já vem demonstrando o crescimento das atividades econômicas na província paraense no período pós-cabanagem, período no qual muitos portugueses passaram a ingressar nas atividades mercantis do Pará.

Além de comerciante, Antônio Vieira de Lima e Silva também foi membro ativo da Real Sociedade Beneficente Portuguesa, chegou a integrar a comissão de contas da referida associação na década de 1880.

Em 1877 Antônio Vieira Lima e Silva deixou de fazer parte na sociedade da firma Antônio Dias Carneiro & Cia. Quando do seu falecimento, em 1888, foi publicado uma breve nota no jornal *Diário de Notícias*: “Em razão do falecimento de nosso socio o Sr. Antônio Vieira Lima e Silva fazemos público que a nossa firma entra nesta data em liquidação” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14/03/1888, p. 1). A firma era a *M. J. Rebello Junior & Cia*, localizada com um armazém na rua da Imperatriz ao menos desde 1880 (O LIBERAL DO PARÁ, 04/09/1881, p. 2). Localizei vários informes de importação de produtos realizados por tal firma ao longo da década de 1880, importavam do interior da província, borracha, cacau (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/01/1881, p. 1; 11/01/1881, p. 1). Importavam produtos como café do Rio de Janeiro, assim como exportavam os seus produtos do interior do Estado para praças no exterior.

Anúncios como os seguintes demonstram as diversas atividades na qual tal firma estaria envolvida: “M. J. Rabello Junior & C.^a contratam dois homens para serviço no interior da província, a razão de 30\$000 mensais” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18/06/1885, p. 1). “Precisam-se de duas, que sejam morigeradas, uma para cozinha e outra para serviço interno de casa de pouca família. Tratar-se com M. J. Rebello Junior & C.^a, na Rua da Imperatriz” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/10/1885, p. 1). A extensão dos negócios da referida firma poderia ter levado a José da Natividade Lima a percorrer o interior da província a tratar de negócios ao trabalhar sob ordens de seu tutor.

Isto explica como o pupilo de Antônio Vieira da Lima e Silva, mesmo jovem, havia trabalhado enquanto caixeiro e guarda-livros em diversas casas comerciais de Belém antes de enveredar pelo jornalismo

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

e literatura. Tal destaque foi dado por Eustáchio de Azevedo na breve biografia que escreveu sobre seu amigo: “José da Natividade Lima foi nos seus primeiros tempos caixeiro e depois guarda-livros em várias casas comerciais de Belém e do interior do Estado” (AZEVEDO, 1904, p. 142).

Em 1892, José escreveu um longo texto publicado no “*O Democrata*” reclamando acerca de dois funcionários escrivães que dificultaram sua vida, ao ter de despachar documentos referentes a produtos da casa comercial da qual era ajudante de Guarda-livros (O DEMOCRATA, 26/08/1892, p. 3). Natividade estava responsável por despachar documentos relativos a uma volumosa carga de castanhas que chegaram na lancha *Alcobaça*, na mesma foi embarcado mais 39 hectolitros de castanha de outra casa comercial, ao pagar o despacho ele foi cobrado tanto pela carga da firma na qual trabalhava como pelos 39 hectolitros que foram embarcados.

Natividade foi resolver o despacho de uma carga de borracha quando foi destrutado pelo tabelião da repartição. Como resposta Natividade publicou um artigo no jornal reclamando contra os funcionários daquela repartição, tal artigo teve implicações para ele. Ficou proibido por três meses de entrar naquela repartição:

“Tive tentações de experimentar a maciez da cútis do rosto de D. Pedro, mas, lembrando-me que estava com as mãos limpas, retirei-me sem dar cavaco. Eis relatado com imparcialidade o que se deu.

Resta-me agora recorrer ao sr. Dr governador, da justiça que espero a reparação de que tenho jus. Ao senhor D Pedro direi que “castelos maiores tem ruído”. Ao sr. Silva nada digo, porque ele já sabe, por experiencia própria, a certeza da frase popular” (O DEMOCRATA, 26/08/1892, p. 3).

No conflito acima, notamos o caráter intenso de sua personalidade, lutando pelo que considera correto e buscando meios legais para contrapor-se aos seus antagonistas. Em 1892, tinha por volta de 21 anos de idade, pode conhecer o funcionamento da economia paraense ao envolver-se com comércio de produtos agrícolas e da borracha. Seu conhecimento das letras advinha da educação promovida por seu tutor.

Como apresentei acima, às vezes a dita educação proposta por tutores de fato se revestia em ensino de letras, no caso de José da Natividade Lima pude localizar algumas notas sobre sua presença enquanto aluno do *Colégio dos Santos Inocentes* em Belém. Em dezembro de 1883, saiu uma lista dos alunos aprovados nos exames do *Colégio dos Santos Inocentes* em Belém. Nos exames de Gramática portuguesa e Geografia foi aprovado com distinção o aluno José da Natividade Lima (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/12/1883, p.2). No ano seguinte foi aprovado nos exames de aritmética, português e geografia (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11/12/1884, p. 3). O *Colégio dos Santos Inocentes* estava localizado na rua São Vicente esquina com a travessa 14 de Março (atualmente Rua General Gurjão e Travessa Campos Salles), fundado em 1863 pelo cônego Antônio Gonçalves da Rocha, no ano de 1883 existiam matriculados 121 alunos, 23 internos e 98 externos (ALMANAK PARAENSE, 1883, p. 381).

Aos alunos internos do primário e secundário seriam cobrado o valor de 90 e 100 mil réis trimestralmente, já para os alunos externos do primário e secundário o valor mensal de 3 e 1 mil réis. O

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

Curso primário era composto pelas disciplinas de leitura, caligrafia, noções de geografia, gramática, aritmética, e instrução religiosa. Já o secundário por aulas de gramática, filosofia, francês, inglês, latim, aritmética, álgebra, geometria, história e retórica. Tal grade de ensino vai muito além das perspectivas de ensino para o trabalho proposto para os ingênuos, um currículo carregado de erudição, não atoa o apreço de Natividade pelas letras. Em 1885 ele foi aprovado plenamente em seu 1º ano de Latim e 2º ano de Francês (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17/11/1885, p. 3), de 1883 a 1885 ele passou do curso primário para o secundário.

Ao longo da década de 1880, o movimento abolicionista em Belém ganhou novo fôlego, novas associações abolicionistas surgiram e passaram a atuar pela emancipação gradual da escravidão. O abolicionismo paraense foi movido pelo ideal da legalidade, embora o número de escravos tenha se mantido estável na década de 1870, nos anos de 1880 tal cenário mudou drasticamente. Contudo, escravos e libertos continuam presentes no cotidiano de Belém, nas praças, nos botequins, nos armazéns, marcaram seus espaços em busca de formas de sobrevivência. Para José Natividade Lima, a década de 1880 marca o falecimento de sua mãe, a liberta Damásia, recordemos que entre o testamento de Antônio Vieira de Lima e Silva em 1882, e o pedido da tutoria de José feito por ele em 1883, como liberta no primeiro documento, e como já falecida no segundo.

A morte de Damásia justificaria a necessidade de solicitação da tutela sobre José, qualquer outra pessoa que pretendesse usufruir da força de trabalho do ingênuo poderia recorrer ao juízo de órfãos. Antônio Vieira agiu de maneira prudente, garantindo o controle sobre o menor. Entre 1883 e 1885 José frequentou aulas de gramática, francês, latim e aritmética. Atuou como caixeiro, guarda livros envolvendo-se em negócios do comércio paraense. Chegada sua maioridade, após a abolição da escravidão, continuou sua jornada não mais como caixeiro, em 1893 tornou-se jornalista e revisor do *Diário de Notícias* em Belém, período no qual passou a publicar suas poesias no referido periódico.

AO LIBERTO NATIVIDADE: O CARBONO DA MINA EM AÇÃO

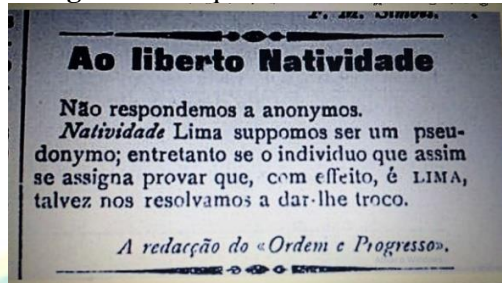
Em uma lista de cidadãos votantes do 21.º quarteirão do distrito da Trindade em Belém, de 1892, estava o nome de José Natividade de Lima, com “21 anos de idade, filho de Antônio Vieira Lima da Silva, solteiro, comerciante, morador na rua da Trindade nº 1890”. Quem saberia que Antônio Vieira não foi seu pai? Ou mesmo que sua mãe foi uma escrava? Que carregava o sobrenome de família senhorial? Em 1892, ao menos no papel, José foi cidadão.

Em 1897, os redatores do jornal *Ordem e Progresso* questionaram as origens de José Natividade Lima ao chamarem-no de “liberto”, acusando de usar um pseudônimo, que só o responderiam de o mesmo de fato provasse ser “Lima” (FOLHA DO NORTE, 16/05/1897, p. 3). Não se tratou de uma simples acusação, e sim de uma “denúncia”, pois ao questionarem a origem de Natividade, também remeteram a sua origem na escravidão. Como indicado no testamento de Antônio Vieira de Lima e Silva, em 1882, este declarou não ter

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

filhos, legou a maior parte de seus bens para sobrinhos e sua esposa, desta forma como José é posto enquanto filho de Antônio da lista de qualificação de cidadãos vontades de 1892?

Figura 2: Ataque a Natividade Lima.



Fonte: FOLHA DO NORTE, 16/05/1897, p. 3.

Pude rastrear parte da vida de José Natividade de Lima por meio do método onomástico. Compreender o nome deste literato também pode nos ajudar na compreensão de certas estruturas do sistema escravista e do processo de mobilidade alcançado por José. Segundo Nathan Camilo (2016), o nome pode ser compreendido como um patrimônio imaterial familiar, indicando relações de comportamento. Ainda segundo este autor, nas relações e apadrinhamento compartilhar os nomes entre padrinho e afilhado era uma forma “consolidar as relações estabelecidas no compadrio”, recordemos que no registro de batismo de José o nome de seu padrinho era do português José Bernardo da Silva Pereira. Neste sentido o nome José seria simbolicamente a consolidação da relação entre o ingênuo e seu padrinho. Tais relações com a família senhorial em certa medida permaneceriam vivas mesmo já em sua vida adulta, em 1893 localizei um poema dedicado a D. Maria Vieira Lima, reitero que este sobrenome corresponde ao sobrenome dos descendentes de Antônio Vieira Lima e Silva.

Figura 3: Poesia de Natividade Lima.



Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04/07/1893, p. 1

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

Quanto ao sobrenome, não foi incomum a permanência de sobrenome da família senhorial entre escravos e libertos. Anastácia do Espírito Santo Andrade fez seu testamento em 1864, entre os seus herdeiros nomeados constava o nome do preto liberto Luiz Anastácio do Espírito Santo Andrade. Já a liberta Francisca Dias Guerreiro fez seu testamento em 1855, onde ficamos sabendo que ela e suam irmã, Paschoa, foram escravas da família Guerreiro. Na década de 1860 Manoel José de Pinho, filho da liberta Quitéria Maria da Conceição, solicitou seu assento de batismo na cúria de Belém, sua mãe foi liberta ainda jovem pelos membros da família Pinho de Castilho, sua trajetória teria lá semelhanças com a de Jose de Natividade Lima, pois ele também recebeu educação de primeiras letras, chegou ao cargo de professor, e foi incumbido de dar conta do inventário de um dos membros da família Pinho de Castilho:

“Tendo D. Maria de Pinho de Castilho passado ao abaixo assignado procuração bastante geral, para tratar do inventário do espolio do finado P. Manoel Vasques da Cunha e Pinho, desiste dela, não só em consequência de seus afazeres, que o privão de tratar do dito inventário regularmente, como também porque a muito conhece não lhe estar bem por condescendência a sua constituinte continuar como tal a servir de autômato o alguém, ou a quem quer que seja.

Qui potest capere capiat.

Pará, 12 de novembro de 1867.

Manoel José de Pinho” (JORNAL DO PARÁ, 16/11/1867, p. 2).

As relações entre escravos, libertos e família senhorial poderia implicar em processos de mobilidade, e o nome possuía um lugar especial neste processo. Ao se declarar filho de Antônio Vieira de Lima e Silva, José ressignificou sua origem, indo além ao construir uma narrativa que o permitisse adentrar espaços e alcançar direitos. Natividade escolheu ser “Lima” como uma estratégia de mobilidade e pertencimento, e neste sentido corroboro as palavras de Nathan Camilo: “além da questão do pertencimento social e familiar, o uso de segundos nomes e nomes de família pode indicar processos de ascensão ou ao menos estabilidade social” (CAMILO, 2016, p. 367).

Em sua breve trajetória narrada por Eustáchio de Azevedo não há menção ao pai ou a mãe de José, apenas a sua vida de trabalho. Para alguém que descreveu José Natividade Lima como “amigo” e “irmão”, Eustáchio de Azevedo foi bem comedido quanto a vida do jovem poeta.

“José da Natividade Lima foi nos seus primeiros tempos caixeiro e depois guarda-livros em várias casas comerciais de Belém e do interior do Estado. Em março de 1895 embarcou-se para o Xingu, onde exerceu por algum tempo o cargo de promotor público, depois de servir como guarda-livros em uma casa comercial no Pucuruhy.

Voltando à capital entrou para a redacção do Diário de Notícias, quando era seu proprietário o brilhante poeta maranhense Marcelino Barata, passando-se dali para < A Província do Pará >. Deixou inédito um primoroso livro de versos, intitulado Musa Bohemia, atualmente em mãos do poeta Olavo Nunes, que avaramente o guarda como uma relíquia” (ANTOLOGIA AMAZÔNICA, 1904).

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

Pouco provável que Eustáchio de Azevedo desconhecesse mais afundo as origens de José, visto que os desafetos do poeta na redação do jornal *Ordem e Progresso* questionaram o nome de Natividade Lima, da mesma maneira que o designaram como liberto. Temos aí um silenciamento, como uma forma de burlar as possíveis sanções ao “poeta mestiço”, possíveis interdições a sua cidadania. A fase final da vida de Natividade Lima foi marcada por intensas atividades no cenário jornalístico e intelectual de Belém.

NOS RASTROS DO POETA

Por meio de vários jornais publicados no Pará e Amazonas, entre os anos de 1890 e 1897, pude traçar parte das atividades e espaços alcançados por Natividade Lima. Em 29 de junho de 1893, Natividade Lima passou a atuar como revisor e repórter no *Diário de Notícias* e, no dia 30 seguinte, publicou uma breve nota afirmando deixar o posto de repórter revisor, ao longo do ano de 1893 vários poemas de Natividade foram publicados, incluindo um dedicado ao aniversário de A. Vieira de Lima (sobrenome dos familiares de Antônio Vieira de Lima).

Pude identificar ao menos um dos nomes utilizados por Natividade Lima entre os assinantes das colunas publicadas no *Diário de Notícias*. A coluna intitulada *Notas Frescas* vinha assinada por Joelim SÁ, um anagrama de José Lima, tal pseudônimo parou de assinar as colunas no mesmo momento em que Natividade Lima deixou de trabalhar no *Diário de Notícias*. Outro elemento que corrobora esta afirmação trata-se de uma breve história jornalística.

Durante a terceira semana de julho de 1893, os jornalistas Jose Natividade Lima (*Diário de Notícias*), Idelfonso Tavares (*O Democrata*), Octavio Mendes (*Correio Paraense*) e Gentil Raiol (*A República*) estavam nos corredores da Secretaria de Segurança em busca de notícias. Estes acabaram por ouvir do gabinete do Chefe de Polícia, a converso com três interrogados, duas “mulheres de vida fácil” e um homem chamado Isaac Aliary, tratava-se do caso de um famoso gatuno que fugiu de São Paulo e Pernambuco e estaria em Belém. O chefe de polícia pediu aos jornalistas que mantivessem o caso em silêncio, pois o processo estaria em segredo de justiça, de tal modo que os jornalistas decidiram aguardar o fechamento do caso para darem ao público sobre este. Em 21 de julho daquele ano, os jornalistas acima mencionados publicaram uma nota queixando-se do chefe de polícia que teria vazado informações do caso a um outro periódico, declararam então que trataria a seguir o próprio bom senso nas decisões de publicar ou não dada informação, entre os nomes que assinaram essa nota estava o de Natividade Lima.

Em algumas notas publicadas no *Diario de Notícias* foi possível identificar as palavras de Natividade Lima e como ele se valia de pseudônimos para trazer à tona sua opinião.

“Na rua...
Um ser Antônio Manél
Que é também nascimento
Habilitado gatuno,
Vagabundo de espanto,
Foi à ordem d’um prefeito

**Um poeta mestiço:
entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)**

Por reicendencia do crime
Conduzido muito á jeito
P'ra quinta de S. Cazuza.

Foi também José Maria,
Desordeiro conhecido,
Recolhido em parceria
Com Izac Aliary
A' mesma chacará. Oleré!
Da cachaça a troupe enorme
Descanço dando ao Thomé
Não brilharam. Tudo dorme.

Um brado pois aos gansistas,
Vivas, bravos, tudo. Olé!
Recebam portanto gloistas,
Um abraço do
THOMÉ” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20/07/1893, p. 2).

Thomé foi outro dos pseudônimos encontrados nas colunas no *Diário de Notícias* ao longo do período em que Natividade Lima foi repórter e revisor do periódico. A presença de Natividade Lima como repórter e revisor do DN foi breve, ingressou em meados de junho de 1893, deixando de atuar no início de agosto de 1893, por cerca de trinta dias ele foi responsável por produzir reportagens, publicou seus poemas com certa regularidade. Comparando o *Diário de Notícias* antes e após a presença de Natividade Lima se notam alterações significativas quanto ao formato da primeira página, assim como as estruturas das colunas publicadas, ao menos três pseudônimos publicaram com regularidade notícias e crônicas sobre o cotidiano de Belém.

Em 1894, Natividade Lima toma por iniciativa organizar uma agremiação com o intuito de promover as “letras no Pará”. Publicou uma breve nota convocando uma reunião com quem estivesse interessado no desenvolvimento literário da Amazônia, marcada para a manhã de domingo no dia 2 de dezembro, na casa de Eustáchio de Azevedo na rua da Trindade.

“Solicitamos dos que se interessam pelo desenvolvimento literário d'Amazônia, o obsequio de comparecer, às 9 horas da manhã de domingo, 2 de Dezembro, na casa do sr. J. Eustáchio de Azevedo, a rua da Trindade, canto da rua do Alecrim, para uma reunião que decidirá do futuro da nossa coletividade literária. Pará, 27 de Novembro de 1894” (ANTOLOGIA AMAZÔNICA, 1904).

Em trabalho breve sobre a *Mina Literária* (SILVA; SALES; SOUZA, 2012) os autores identificam no projeto da *Mina Literária* um momento de separação entre campos até então entrelaçados no Pará oitocentista, no qual economia, política e letras caminhavam conjuntamente. Dando destaque para a economia da borracha, tais autores apontam para o processo de formação de uma elite letrada nas décadas de 1880 e 1890, marcada pelo fortalecimento de valores europeus (SOUZA; SILVA; SALES, 2012). Neste sentido a criação do grupo dos mineiros corresponderia a um processo de separação entre economia/política

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

e literatura, uma busca de autonomia por parte destes intelectuais que ressaltavam a necessidade de desenvolvimento de uma literatura amazônica.

Como destaca Alan Flor da Silva (2018), parte significativa dos literatos paraenses de meados do século XIX exerceram atividades jornalísticas, visto que foi por meio dos periódicos que ocorreu a propagação de parte significativa de suas obras, “esses homens que se dedicaram às letras, muitas vezes, também eram jornalistas, professores, advogados, médicos, políticos e funcionários públicos”. As relações pessoais de Natividade Lima com outros intelectuais possibilitaram seu desenvolvimento técnico, assim como o acesso ao universo dos periódicos. No início de seu livreto *Musa Bohemia* (1895) dedicou agradecimentos a Eustáchio de Azevedo e a Frederico Rhossard:

“Presto um preito de reconhecimento e de amizade, ao Eustáchio de Azevedo, porque foi quem me ensinou os segredos da metrificação e corrigiu os meus primeiros versos; ao Frederico Rhossard, porque foi quem armou-me cavalheiro, e apresentou-me na imprensa pela porta honrosa das colunas editoriais” (*MUSA BOHEMIA*, 1977, p. 15).

Segundo Eustáchio de Azevedo, depois de servir como guarda livros em uma casa comercial em local denominado Paracuhy, Natividade Lima embarcou em 1895 para o Xingu para exercer o cargo de promotor público. Embora não tenha localizado informações sobre a presença de Natividade Lima no Xingu, em junho de 1896 entre os nomes dos passageiros embarcados no vapor *Cabral* com destino ao Maranhão e escalas⁵ constava o nome de Jose da Natividade Lima (*FOLHA DO NORTE*, 06/07/1896, p. 2), é muito provável que estivesse dirigindo-se a região do Salgado paraense, para ocupar o cargo de promotor público provisório da comarca de Cintra visto que foi removido da comarca de Porto de Moz para esta (*FOLHA DO NORTE*, 14/03/1896, p. 2).

Com a instauração da república, ocorreu a necessidade de reorganização do sistema jurídico do Estado, e ficou a cargo do governo estadual do Pará legislar sobre as hierarquias e estrutura do judiciário local. O cargo de promotor provisório poderia ser ocupado por bacharéis em direito, contudo diante da dificuldade de conseguir um bacharel para ocupar tal cargo principalmente nas comarcas do interior do Estado, poderia ser indicado um leigo que fosse cidadão “habilitado e de boa conduta” (*MEMÓRIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ*, 2015, p. 49).

Natividade Lima possivelmente valeu-se de suas redes de contato para alcançar o cargo de promotor provisório, dentre os membros da *Mina Literária* estava o de Antônio Lemos, futuro intendente de Belém. Para além dos círculos sociais na qual o poeta esteve imerso, Natividade Lima teria vislumbrado no campo do funcionalismo público um espaço de mobilidade.

Sua presença na comarca de Cintra (atual município de Maracanã), região do salgado paraense, poderia explicar o porquê de Carlos Roque ter atribuído a Natividade Lima a cidade de Curuçá como local de nascimento. Dias depois sua requisição foi deferida com um mês de licença. Em julho de 1896, ele reclamou ao governo provincial quanto ao artigo 247 da lei 455 de 11 de junho do mesmo ano (*DIÁRIO DE*

⁵ O vapor *Cabral* levava o correio para as cidades de Vigia, Marapanin, Cintra, Salinas Bragança, Vizeu, Carataperá, Turiassu, Guimarães, chegando ao Maranhão. *DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (26/03/1896, p. 2).

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

NOTÍCIAS, 28/07/1896, p. 2), tal artigo determinava que os promotores provisórios receberiam dos seus salários, a metade do valor que os promotores efetivos. Em abril de 1897 o então promotor provisório de Cintra solicitou um mês de licença para tratar de sua saúde; “na repartição de serviço sanitário, será inspecionado hoje às 10 horas da manhã, para efeito de licença o promotor provisório de Cintra, José Natividade de Lima” (FOLHA DO NORTE, 20/04/1897, p. 2).

Em 1897 ele estava então trabalhando como repórter para *A Província do Pará*, também se tornou correspondente em Manaus do jornal *O Imparcial*. A coluna intitulada *Carta de Belém* chegou a ser publicada duas vezes, e se tornaria quinzenal, contudo, sua morte repentina abreviou a atuação na imprensa manauense.

Em seus dois únicos artigos publicados no *Imparcial*, Natividade Lima tratou de questões políticas, tratou brevemente sobre a anulação das eleições para senador da capital da República, também deu destaque para as tensões entre Prudente de Moraes e o senador Glycério (Presidente do Partido Republicano Federal). Transcreveu trechos de um artigo publicado no *O Paíz* (RJ) sobre Quintino Bocaiuva. Ao se referir as eleições de 1897, destacou a candidatura de Lauro Sodré para senador, e de estadual e de Diogo Holanda Lima para deputado. Não deixou de fazer uma “campanha” para o dono do jornal *A Província do Pará*, no qual atuava como repórter:

“Para intendente municipal, pelo partido republicano, é candidato o provecto jornalista senador Antônio Lemos que, certamente, será eleito por grande maioria, a mau grado a corrente, injusta e indigna, de ódios que despeito lhe move. Este distinto cidadão está cercado e prestigiado pela simpatia unanime da população sensata de Belém, que vê nele um dos mais esforçados batalhadores de seu progresso” (O IMPARCIAL, 16/06/1897, p. 1).

Certamente sua predileção pela figura de Antônio Lemos estaria marcada pelas relações pessoais, Antônio Lemos também integrou a *Mina Literária*, como repórter da *A Província do Pará*, deve ter mantido contato frequente com o senador e suas ideias. Quanto ao ambiente artístico de Belém, Natividade fez breves notas; “a *Mina Literária* continua viva e florescente e bastante movimentada”. Destaques dados para a chegada a Belém da companhia artística de Souza Bastos vindo de Lisboa, com a opereta *O dia e a noite*.

Ao se referir a chegada da companhia teatral, Natividade Lima teceu comentários no qual vislumbramos sua concepção sobre o mundo das artes: parece que desta vez estaremos livres das inspidas exibições das desembaxabidas revistas de ano, produtos chatos de pancadaria teatral”. Ao taxar de chata e insípida o teatro de revista,⁶ podemos inferir que o jovem poeta estava criticando a aproximação entre arte e cotidiano/política, temas comuns as *revistas de ano* no início do século XX. A busca de separar a arte de

⁶ Segundo Giselle Pereira Nicolau (2010, p. 3): “Em sua essência, o teatro de revista se caracteriza pelo desejo constante de se narrar os fatos mais relevantes da realidade nacional e internacional, transcorridos ao longo de um ano, pela via do humor irônico. Cenas do cotidiano, costumes de uma sociedade, processos eleitorais, acordos diplomáticos e críticas sociais são assuntos abordados por essas revistas, que longe de serem um gênero menor, elas assinalam um desejo mimético de retratar ao seu modo a realidade”.

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

dimensões como a política e economia, foi uma das características do movimento literário paraense da década de 1890, e pela perspectiva de Natividade Lima tal movimento não se restringiria somente as letras.

Com uma vida dedicada a promoção da literatura no Pará, Natividade Lima construiu redes de sociabilidades com vários intelectuais da época. Sua presença nas tipografias dos periódicos de Belém, como repórter e revisor está em consonância com a presença comum na imprensa de pessoas com marcas na escravidão (PINTO, 2018), seja pela descendência ou pelos signos da cor da pele. No caso paraense novos estudos vêm se dedicando a presença e atuação destes sujeitos, que a seu modo ampliaram os espaços de circulação dos egressos do cativo. Natividade Lima morreu jovem, e suas ideias ainda aguardam uma melhor análise, não foram poucas as homenagens póstumas ao poeta “mestiço”.

“Natividade Lima

Perdeu ante ontem a literatura amazônica um dos seus melhores paladinos, o estudioso e inteligente poeta Natividade Lima.

O *Diário de Notícias*, que o teve por algum tempo como seu repórter e assíduo colaborador, rende merecida homenagem póstuma ao seu brilhante talento, tão prematuramente roubado à Pátria, em pleno vigor de uma invejável mocidade. Morreu Natividade Lima no Hospital da Misericórdia, e o seu enterramento foi promovido pela conhecida sociedade *Mina Literária*, e teve lugar ontem, às 8 horas da manhã, sendo muito concorrido. No cemitério de Santa Izabel, antes de depositarem o caixão na sepultura, o sr. João Marques de carvalho, em nome da *A Província do Pará*, produziu uma brilhante oração fúnebre, patenteando as nobres qualidades do inditoso poeta. Em seguida o sr. Antônio Marques de Carvalho leu uma sentida poesia, que emocionou profundamente os corações das pessoas que o escutavam. Pôs fim a cerimônia fúnebre a voz autorizada do Sr. Bertholdo Nunes que, em nome da *Mina Literária*, lastimou profundamente a morte irreparável daquele batalhador das letras a quem devia a sociedade sua fundação e o crescente progresso em que se mantinha.

Pesarosos por tão infausto acontecimento, lançamos sobre a humilde sepultura do chorado cultor das musas um braçado de goivos e saudades.

Paz a sua alma” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11/06/1897, p. 1).

Em 9 de junho de 1897 faleceu Natividade Lima de acesso pernicioso,⁷ com 25 anos de idade, as diversas publicações em homenagem ao poeta não referenciam sua cor, marcando o processo de racialização da literatura por meio do silêncio da cor. Recebeu homenagens póstumas de seus companheiros da *Mina Literária*, da redação da *A Província do Pará*. Bertoldo Nunes relembra 17 anos depois as homenagens prestadas a Natividade Lima e a importância deste para a literatura amazônica (O ESTADO DO PARÁ, 10/06/1915, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de inúmeros libertos e seus descendentes no período que vai das últimas décadas da escravidão, até as primeiras da República no Brasil, vão além de uma perspectiva marginalizada, longe dos processos de expulsão para as periferias, ou representação dos ex-escravos como relegados a mendicância. A

⁷ Febre pernicioso, paludismo, malária.

Um poeta mestiço: entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)

liberdade vivenciada antes e após o treze de maio de 1888 demarcou uma condição de luta não só pela sobrevivência, como também por direitos. José Natividade Lima, foi um destes muitos sujeitos que alargam os horizontes da experiências negras no Brasil.

Muitos menores nascidos após a lei do ventre livre vivenciaram uma trajetória marcada pelo domínio e paternalismo senhorial, foram alvo de projetos de formação de mão de obra, de educação para o trabalho, e no bojo do sistema escravista teceram relações complexas com os proprietários de suas mães. Uma geração adentrou o século XX e vislumbraram perspectivas de cidadania inacessíveis a seus pais.

Ao ser chamado de liberto, Natividade Lima teve de lidar com as marcas de sua infância, da sua condição de ingênuo. O silenciamento quanto sua origem demarca os conflitos entorno da raça. Entre 1870 e 1897 instituições foram criadas, a escravidão abolida, a república instaurada, até mesmo a literatura paraense vai ganhando contornos mais definidos. O Ministério Público foi criado, e a imprensa passou a atingir um maior número de leitores, o dinamismo econômico do Pará levou a profusão de casas comerciais. É impossível pesarmos estes processos sem a presença das últimas gerações de escravos, libertos e ingênuos, entrelaçando as vidas de migrantes e imigrantes, nos cortiços, tabernas e armazéns, mas também nos salões, teatros e redações. Suas experiências de liberdade por vezes foram interdidas, ainda sim resistiram e ocuparam espaços que demarcaram aspirações de cidadania.

Fontes.

ALMANAK PARAENSE, 1883.

AUTO DE TUTELA DE JOSÉ, 1883. CMA; Fundo Civil; Série Tutela.

AUTOS DE TUTELA DE BLANDINA, 1885. Centro de Memória da Amazônia; Fundo Cível, autos de tutela (1885)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1881; 1883; 1884; 1885; 1888; 1893; 1896; 1897.

FOLHA DO NORTE, 1896; 1897.

JORNAL DO PARÁ, 1867; 1871; 1877.

LIVRO DE BATISMOS DA SÉ (1872 -1883), n.º 13, folha 20. Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém.

MEMÓRIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Ministério Público do Estado do Pará; Comissão de Organização e Estruturação – Belém: Ministério Público do Estado do Pará, 2015.

O DEMOCRATA, 26/08/1892, p. 3. O Democrata, 26/08/1892, p. 3.

O ESTADO DO PARÁ, 1915.

O IMPARCIAL, 1897.

O LIBERAL DO PARÁ, 04/09/1881, p. 2.

TESTAMENTO DE ANTÔNIO DE SOUZA DE MELLO, 1876. CMA, Fundo Civil: Série Testamentos; Caixa 24.

TESTAMENTO DE ANTÔNIO VIEIRA DE LIMA E SILVA, 1882. CMA, Fundo Civil; Série: testamentos, caixa 36.

**Um poeta mestiço:
entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 69, p.83-99, 2015.
- AZEVEDO, José Eustáquio de. *Antologia amazônica: poetas paraenses*. Belém: Typographia Pinto Barbosa, 1904.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios Legais e Legítimos: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888)*. PUC-SP, 2009. (Tese de doutoramento).
- CAMILO, Nathan. De “o nome e o como” para “o nome além do como”: estudo de trajetórias e práticas de nomeação. *História Unicamp*, v. 3, n. 6, jul./dez. de 2016.
- CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão e Liberdade nas barras dos tribunais. *História, Revista Eletrônica do Arquivo Público de São Paulo*, ed. Nº9, abril de 2006.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras; 1990.
- CONRAD, Robert Edgar. *Os Últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. 2.ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRINBERG, keila. *Liberata - a lei da ambigüidade: as ações de liberdade na corte de apelação no Rio de Janeiro no século XIX: Rio de Janeiro*. Relume Dumára, 1994.
- LAURINDO JUNIOR, Luís Carlos. Trabalho escravo em Belém do Grão-Pará no contexto da crise da escravidão negra: qualificação profissional, lugares e formas de trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 9, n. 17. janeiro – Julho, 2017, pp. 29-45.
- LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos e BEZERRA NETO, José Maia. Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX). *História [online]*. 2018, vol.37.
- LIMA, Helder Lameira de. Malditos de Raça, Malditos de Cor: a imprensa abolicionista belenense e seu atropelos raciais. In: LIMA, Maria Roseane Pinto; NEVES, Fernando Arthur de Freitas (Orgs.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 383-418.
- LOBO, Marcelo Ferreira. *“Apesar de preto é cidadão”: trabalho, família e mobilidade de libertos no Brasil (Grão-Pará, 1796-1918)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, PPGHIST, 2019.
- LOBO, Marcelo Ferreira. *Liberdade tutelada: ingênuos e órfãos no Pará (1871-1893)*. Dissertação de mestrado, PPGHIST/FAHIS/UFGA. Belém; 2015.
- LOBO, Marcelo Ferreira. Tramas de Liberdade: alforria, trabalho e solidariedade no Grão-Pará (1850-1890). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. Ed. Especial, p. 344-369, ago. 2020.
- NICOLAU, G. P. As Revistas de Ano de Arthur Azevedo como um lugar de memória. In: *XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio - Memória e Patrimônio, 2010*, Rio de Janeiro. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio - Memória e Patrimônio, 2010.

**Um poeta mestiço:
entre a escravidão e a liberdade no Grão-ará (1871 - 1897)**

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Ed. da Unicamp; 2018.

SALES, Mábila Aline. F. *Negócios e negociantes lusitanos: o comércio dos portugueses em Belém nos meados do Oitocentos*. 2017, Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói.

SILVA, Alan Victor Flor da. Discussões sobre a literatura paraense ou amazônica em periódicos belenenses oitocentistas. *Revista Letras Escreve*; Macapá, v. 8, n. 1, 1º sem., 2018.

SILVA, Claudia Márcia Dias. *A sociedade Filantrópica de Emancipação de Escravos: emancipações escravas e concepções emancipacionistas em Belém, 1869/1874*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1995. Monografia de Graduação em História.

SOUZA, Thiago Gonçalves; SILVA, Wanessa Regina Paiva da; SALES, Germana Maria de Araújo. O TRABALHO DAS ESCAVAÇÕES: A mina literária e a prática da literatura no Pará oitocentista. *REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários*, Vitória, s. 2, ano 8, n. 10, 2012.

TAVARES, Kelly Chaves. “Africanos” em circulação: as identidades “africanas” e as fronteiras da etnicidade na Amazônia do século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*, (ISSN: 2359-0831 – on-line), Belém, v. 07, n. 03, p. 162 - 181, nov. / 2020

TERTULIANO DE BARROS, Karla Alves Coelho. *A Educação de Ingênuos em Goiás (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado, - UFG, PPGED, 2013.

Texto recebido em: 15/04/2021
Texto aprovado em: 15/11/2021